OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA

ANA PAULA PINCERNI FANTONI

RESUMO

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, prevista a todos os brasileiros como dever do estado e da família. A diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes é uma realidade que deve ser celebrada através de práticas educacionais inclusivas em modelos pedagógicos. O aprendizado é um direito da criança independente da situação econômica, social e diversidade cultural. A educação inclusiva vai além de reconhecer diferenças, é um processo multiplicador de construções de sabores, para formar indivíduos que possam interagir e participar de uma sociedade justa e democrática. OBJETIVO: Compreender os desafios sobre a educação inclusiva em ambiente escolar. METODOLOGIA: Pesquisa bibliográfica com autores que permeiam o tema. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Precisa-se evidenciar o direito de aprender do aluno com necessidades educacionais e aprimorar os espaços da escola, considerando as situações atuais e diferentes contextos educacionais, profissionais e, do aluno, para que se configurem em processo de ensino aprendizagem, melhorias nas escolas em sua forma geral, remoções das barreiras e articulações entre todas as esferas.

Palavras-chave: Educação; Educação Inclusiva, Desafio, Escola.

ABSTRACT

Access to education and the right to learning are universal constitutional guarantees, provided for all Brazilians as a duty of the state and the family. The diversity of experiences, skills, contexts and capacities among students is a reality that must be celebrated through inclusive educational practices in pedagogical models. Learning is a child's right regardless of economic, social and cultural diversity. Inclusive education goes beyond recognizing differences, it is a multiplier process of flavor constructions, to form individuals who can interact and participate in a fair and democratic society. OBJECTIVE: To understand the challenges of inclusive education in a school environment. METHODOLOGY: Bibliographic research with authors that permeate the theme. FINAL CONSIDERATIONS: It is necessary to evidence the right to learn of the student with educational needs and improve the school spaces, considering current situations and different educational, professional and student contexts, so that they are configured in a teaching-learning process, improvements in schools in their general form, removal of barriers and articulations between all spheres.

Keywords: Education; Inclusive Education, Challenge, School.

INTRODUÇÃO

Ao falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional.

Ao longo da década de 90, a ONU (organização das nações unidas) para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, se mobilizaram em torno desse tema, resultando na publicação de importantes documentos.

Desde a Declaração de Salamanca (1994) até a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência adotada pela ONU, em 2006 e incorporada à constituição federal, na forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015, um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo.

Historicamente, a diversidade de habilidades e características físicas e intelectuais foi categorizada pelo saber médico e científico na forma de padronizações excludentes.

Nesse sentindo, conformou-se ao longo do século XVIII o chamado “corpo normal”, isto é uma medida arbitraria de humanidade calcada em um conjunto de características tidas como necessárias para se construir enquanto um sujeito de direitos.

Uma pessoa que não atendesse a essas expectativas era definida como menos capaz e, por conseguinte, excluída dos espaços de convivência social, educação e trabalho. A esse fenômeno dá-se o nome de capacitismo, o qual resulta da exclusão sistemática e estrutural de pessoas com deficiência.

A LBI (Lei Brasileira de Inclusão) é uma grande conquista na medida em que vai na contramão desse passado histórico, definido a deficiência como atributo que não pode ser descolado do contexto, uma vez que se dar na interação de uma pessoa que possui uma ou mais características que divergem do padrão com barreiras.

A deficiência, seja ela de que ordem for, só existe na relação com o mundo repleto de impedimentos para a inclusão da pessoa que a possui. As barreiras podem ser arquitetônicas (portas estreitas, banheiras não adaptadas...) urbanísticas calcadas desnive-

ladas, falta de piso e sinal sonoro em semáforos, entre outros, nos transportes (ausência de rampas e corrimão) na comunidade (ausência de libras, legendas textos alternativos, etc.) tecnológicas (que impedem o acesso a tecnologia) e as barreiras atitudinais, que são um conjunto de preconceitos e predisposições contrários à presença e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Imaginar que uma criança com deficiência atrapalha o processo de ensino e aprendizagem de outros estudantes é um dos exemplos mais contundentes e comuns dessa discriminação.

DESENVOLVIMENTO

Escola inclusiva educação de todos para todos. O compromisso de uma educação que se propõe universal deve ser o de incluir a diversidade, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam as realidades dos estudantes e de suas famílias e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar.

Quando referimos sobre o conceito da educação inclusiva, temos várias respostas, portanto a partir do princípio de que a educação é um direito de todos é importante que todos tenham seus direitos respeitados e isso inclui as pessoas portadoras de deficiências especiais esse direito está assegurado na constituição Brasileira.

Nota-se que a educação inclusiva, não se caracteriza por definições fechadas, ela acontece de forma gradual, colaborativa e coletiva podendo atender alunos que serão beneficiados da aprendizagem. Assim, percebe que o termo inclusão tem sido em vários casos compreendido de forma equivocada, do ponto de vista social em apenas incluir, segregar alunos com deficiências sem homenagear o ensino e colocar junto com os demais alunos e ponto final.

A inclusão é antes de tudo um processo de se autoanalisar, procurar no outro o que ele tem para nos oferecer, a forma como vê a vida as coisas e as pessoas em geral. A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, grandes e até mesmo pequenas, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas envolvidas e também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1998, P.42).

O ensino inclusivo é a prática de inclusão de todas, independente do seu talento, origem cultural, deficiência ou origem socioeconômica, em escolas e salas de aula, onde todos estarão satisfeitos (KARAGIANIS; ATAINBACK, 1999, P.21).

A LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) “A educação especial, vêm demonstrando a abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, objetivar e assegurar maiores possibilidades de integração do portador de necessidades especiais à sociedade (BRASIL, 1996).

Não basta somente incluir o estudante com necessidade educacional especial e lei que garante seu direito à frequentar instituições, necessitada de estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para atender esses alunos. Diante desses argumentos, infelizmente ainda encontramos escolas que se utilizam do processo de integração, que buscam normalizar a pessoa com deficiência e atribuir-lhe a responsabilidade de adequação ao meio social.

Mantoan (1998) destaca que não há nenhuma mudança na estrutura social vigente, cabendo ao individuo a responsabilidade de se “adequar” ao sistema. Entretanto, as práticas integracionistas demonstram que as pessoas com deficiências não precisam e nem devem ser excluídas da sociedade.

Esse processo de inclusão pretende ir além da inserção dos alunos na escola, exigindo uma mudança na estrutura social, no sentido de se organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todas as pessoas. Sabendo que o capitalismo gera a exclusão social e neste aspecto as práticas integracionistas favorecem a manutenção deste sistema quando ele propõe que cabe a cada um de nós se adaptar à estrutura social.

O processo de inclusão denuncia as desigualdades e desrespeito as minorias, reivindicando não só a mudanças nas estruturas físicas, como também de concepções, pensamentos e planejamento de sociedade, procurando uma nova forma de organização social em que as diferenças individuais sejam respeitadas e não menosprezadas.

Para Glat (1998), a inclusão é uma utopia, uma possibilidade de acontecer? Pensando no homem como ser em transformação, sujeito de sua própria história, estas questões infelizmente não se têm resposta.

O processo de inclusão não se restringe as pessoas com deficiências, atinge todas as minorias cerceadas de direitos dentro de uma sociedade capitalista. Assim, a essas minorias seria benéfica uma organização social que processe a todos e não somente a alguns privilegiados.

Segundo Sassaki (1998),

educação inclusiva significa dar oportunidades a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, para que possam receber serviços educacionais eficazes na preparação de pessoas para uma vida satisfatória na sociedade, em classes adequadas às suas idades. (Sassaki,1998, p. 26).

A inclusão implica em primeiro lugar em aceitar todas as crianças como pessoas, como seres humanos únicos e diferentes entre si. As diferenças individuais existem entre todos os seres humanos, portanto não é justificável classificar um grupo de pessoas como sendo especiais, justamente por possuírem déficits sensoriais motores, intelectuais afetivos ou comportamentais.

Na realidade todos nós possuímos déficits e habilidades nestas mesmas áreas.

São vários benefícios que podem ajudar uma criança ou adolescente por meio de uma prática inclusiva. Para um aluno incluso, pode-se não perceber em pequeno ou médio prazo qual dimensão que a aprendizagem promove a esse aluno além da socialização, aumento de seu potencial cognitivo e motor, desenvolvimento na linguagem oral e escrita, como também na comunicação com outros alunos.

Para que tudo isso ocorra de uma maneira gradativa e importante que a equipe pedagógica multidisciplinar faça uma análise no histórico da criança, que tenham bastante atenção na coleta de dados e ao desenvolver um trabalho juntamente com a família e com especialistas que acompanharam esse aluno, para saber mais detalhes sobre as condições emocionais, físicas e quais suas possibilidades e limitações, sempre visando a ter a participação produtiva no processo de ensino e aprendizagem.

É indispensável ter mente que a finalidade de ajudá-lo é para que ele se sinta seguro e confortável, sempre conversando com a turma sobre a necessidade de cada um e deste aluno em particular, é um procedimento que promove consciência e cooperação É de suma importância que todo grupo conheça as necessidades especificas deste aluno e colaborem para que eles se sintam bem.

As restrições se dão através de modelos educacionais de segregação quando a criança ou o adolescente é apartado de convívio com a sociedade e com a família e confinado a uma instituição ou de integração modelo, no qual a pessoa com deficiência frequenta uma classe ou escola especial.

Para o especialista, as salas de aula e escolas especiais reproduzem muitas características do modelo segregado, uma vez que há uma forte presença da saúde e da assistência social na rotina escolar. Porém, a integração permitiu maior participação do estudante com deficiência em outros espaços públicos, ainda que não possibilitasse um

"processo de aprendizagem em contato continuo com os demais alunos, sob a alegação de que esse modelo era mais seguro e oferecia um atendimento de maior qualidade".

O acesso à educação é um direito inegociável. A inclusão garante direitos e promove a aprendizagem, estimulando a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas beneficia a todos os estudantes, tenham eles alguma deficiência ou não.

A educação inclusiva é um modelo de ensino contemporâneo que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização com a finalidade que todos os estudantes, crianças adolescentes e até alunos do ensino superior tenham direito à educação em um só ambiente.

São vários os princípios da educação inclusiva: democrática de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regido por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) Define os direitos de aprendizagens de todos os alunos do Brasil.

Mais ainda há muitas dúvidas sobre a importância desta política pública e as mudanças que traz para a educação, ela determina os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos tenham o direito de aprender, independente da religião, raça ou classe sócio econômica, todos os estudantes do brasil devem aprender as mesmas habilidades e competências ao longo da sua vida escolar. Ela é obrigatória e está prevista na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) e no PDE (Plano Nacional da Educação).

A participação consciente e responsável dos demais alunos é muito importante para a inclusão social do aluno. Para que isso ocorra, é necessário dar-lhe as oportunidades para falar a respeito da deficiência, explicitar suas fantasias e mitos, confrontados tudo isso com as características peculiares da realidade do colega portador de deficiência.

Assim, o professor estará atuando positivamente, já que está comprovado que a convivência regular e saudável com indivíduos com necessidades especiais representa em benefícios para todos.

O professor é um dos agentes responsáveis pelo funcionamento da escola e o principal responsável por sua tarefa fundamental que é a aprendizagem dos alunos, atualmente enfrenta os desafios da mudança de paradigma da educação, já que novas realidades fazem presentes no meio escolar. A maioria dos professores ainda tem muitas dificuldades para receber crianças especiais em sala de aula, eles infelizmente enfrentaram o problema de capacitação deficiente e o preconceito de alguns pais.

Mitler (1997, p.7) "O professor tem di-

reito a ter treinamento e apoio" para o enfrentamento das questões que uma educação inclusiva impõe.

O sistema educacional vigente tem procurado fornecer subsídios e capacitação para os professores que atuam diretamente em salas especializadas com crianças especiais, mas infelizmente falta uma formação especializada, capacitação para s profissionais que atuam nessa área.

A orientação inclusiva diz respeito à escola na sua totalidade, sendo um erro considerar que cabe apenas aos educadores de sala de aula está responsabilidade. Entre todas as barreiras que impedem que a escola inclusiva se torne realidade na prática cotidiana de nossas escolas, tem sido apontada como um grande "despreparo dos educadores do ensino regular" para receber na sala de aula, as quais estão cheias de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, os alunos com dificuldades, necessidades especiais, assim o desespero e as salas numerosas e com problemas de disciplina e aprendizagem têm sido a maior desculpa para justificar o estado atual da maioria das nossas escolas, as quais resistem a inclusão de portadores de necessidades especiais.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) Segundo o referencial curricular é competência do professor a tarefa de individualização das situações de aprendizagem que serão oferecidas às crianças, que são consideradas as suas capacidades afetivas, emocionais, cognitivas e sociais.

Nessa perspectiva, não podemos estigmatizar as crianças pelo que se diferem, mas devemos levar em consideração as suas singularidades, sempre respeitando e valorizando-as como fatores de enriquecimento cultural e pessoal.

Assim observamos que a qualidade do processo de inclusão está diretamente relacionada à estrutura organizacional da instituição, das relações dialogadas e dos significados que a escola sempre apresenta aos seus participantes sobre as práticas inclusivas.

Levando-se em conta o documento Paramentos Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (Brasil, 1998) acentua-se que a qualidade do processo envolve questões mais amplas implica das políticas públicas, as decisões orçamentarias, à implantação de recursos humanos, aos materiais adequados em termos de qualidade e quantidade e à adoção de medidas educacionais compatíveis em suas diferentes modalidades.

Os educadores precisam estar abertos às mudanças e estar sempre revisando seus conceitos, ideologias e valores, para assim atuar como elemento facilitador no processo de conscientização da construção de sua cidadania e da capacidade crítica e reflexiva. Esse processo de construção deve partir de sua prática e de seus conhecimentos prévios que esta prática possibilita.

Os educadores necessitam ser colocados em um contexto de aprendizagem e aprender a fazer fazendo: acertando, errando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando (Leite, 1999 p.28).

Infelizmente, os professores não foram e não são formados para uma educação inclusiva, foram formados em um modelo seletivo, excludente para uma escola seletiva/excludente, e tendem a reproduzir este modo em suas práticas. A proposta de como romper com esse círculo vicioso passa pela formação em um modelo inclusiva para uma escola inclusiva, o que certamente requer profunda mudança no enfoque da formação acadêmica.

Os princípios que norteiam a educação em nosso país são predominantemente baseados em normalização e integração, não dando prioridade as diferenças. A prática pedagógica demonstra que os direitos de todos os alunos com necessidades educacionais especiais só vão se efetivar se houver mudanças de atitudes em todas as instâncias da sociedade e da escola.

As mudanças não dependem somente pelos direitos adquiridos desses alunos, para se tornarem iguais.

Novaes (1991 apud Carvalho, 2010) afirma que cada um de nós é um "mesmo diferente" e isto significa que, embora tenhamos muitas semelhanças (como a de pertencermos ao gênero humano, por exemplo), apresentamos várias diferenças. Isso nos remete a totalidade do ensino, independente de alunos com necessidades educacionais ou não, se for necessário a plena formação do aluno.

O entendimento de que essas diferenças não podem ser geradas de exclusão ou impeditivas de construção da igualdade, coloca na agenda de todas as instituições sociais e inclusão, sem a qual toda a legitimidade dos princípios democráticos está ameaçada (Aquino, 1998).

Para Skliar (1997),

A continuidade entre o significado negativo da educação especial, predomínio obsessivo de uma concepção clínica, círculo de baixas expectativas pedagógicas se acrescenta, a outra questão muito problemática: a falta de reflexão educativa sobre a educação especial". É necessário incluir a análise dos fatos que governam a educação de crianças especiais dentro dos problemas educativos gerais.

(Skliar,1997, p.15),

Como a educação especial estar virtualmente excluída do debate educativo é a primeira e a maior discriminação, sobre a qual se projetam sutilmente todas as demais discriminações civis, laborais, culturais, legais, entre várias outras.

O direito à educação deverá ser analisado, avaliando e planificando conjuntamente a partir do conceito de uma educação plena, significativa, justa, participava, sem restrições impostos pela beneficência e a caridade, sem a obsessão curativa da medicina, evitando toda generalização que pretenda discutir educação só a partir para míticas crianças normais. (Skliar, 1997).

Carvalho (2010) ressalta que educação espacial é um conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por caraterísticas biopsicossociais necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na vida comum da educação escolar.

Para Carvalho (2010), este conceito traz implicações político-administrativas a todos os alunos que, no processo de educação escolar, por inúmeras causas, enfrentam barreiras mais complexas do que as enfrentadas por seus pares ditos normais. Pois não é desejável no próximo milênio, a possibilidade do ensino especial expandir-se como outro sistema. Espera que todas as crianças, jovens e adultos, todas (com ou sem deficiência) tenham mais sucesso em suas vidas acadêmicas, e possam exercitar suas cidadanias plenas.

Todas as pessoas portadoras de deficiência fazem parte integrante e indissociável da sociedade. Os serviços especializados destinados especificamente a essas pessoas cumprem o papel de fortalecedor da segregação, inclusão fixadora na condição deficiente como se não pudessem beneficiar de serviços comuns que as pessoas convencionais da sociedade recorrem.

Glat (1998), concorda que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica numa reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cultural, cognitivo e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Atualmente, as políticas de educação especial no brasil adotam orientações inclusiva, procurando assumir essa prática democrática com atributos políticos voltados para a realização humana.

Carvalho (2010) caracteriza a educação inclusiva mais como prática política do que educacional. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino faz com que essa dimensão política seja transformada em dimensões além de padrões e fórmulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos notar a distante evidência de relação de inclusão e de incluir. Ao imprimir um olhar pedagógico e estimulador em torno das dimensões, a escola pode se tornar um espaço inclusivo socializador, democrático que estimule relações e modelos de saberes.

É preciso respeitar o direito de aprender do aluno com necessidades educacionais e assim aprimorar os espaços da escola considerando as situações atuais nos diferentes contextos educacionais e profissionais.

Ao pensar na proposta de educação inclusiva, além de estendê-la a todos, sem exceções cumpre lembrar que o processo educacional não se limita ao espaço escolar. Na escola o aluno se sistematiza no projeto curricular que inspira as práticas pedagógicas com ênfase para ser desenvolvido em sala de aula.

É preciso articular novas linguagens e modelos educacionais, fugir de modelos prontos e acabados, abrir espaços para o novo, erros e acertos, questionar entrono de adaptações e estratégias coerentes as necessidades educacionais de cada aluno, levando em conta instrumentos que respeitem e facilitem o desenvolvimento educacional e a inclusão, bem como a ênfase pela superação de dificuldades independente de deficiências ou limitações.

Não basta somente incluir os estudantes com necessidades especiais e leis que garantam seus direitos à frequentar as instituições, necessita de estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola, para atender a esses alunos.

REFERÊNCIAS

Aquino.J.G. Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.3.ed. São Paulo.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil.1988.35. ed. Câmara dos Deputados.

Ministério da Educação. Lei N°9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília.1996.

Carvalho. R. E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. Ed. Porto Alegre. 2010.

GLAT, R. Inclusão total: mais uma utopia? Revista Integração Brasília: Ministério da

Educação/Secretaria Nacional de Educação Básica, ano 8. n. 20, p. 26-8, 1998.

Karagianis. Fundamentos do ensino inclusivo. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Leite. S. C. Escola Rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

Mantoan, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2011.

Mittler, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Aetmed, 2003.

Sassaki, R. K. Integração e Inclusão do que estamos falando? Temas sobre desenvolvimento, v. 7, n.39. 1998.

SKLIAR, C.B. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C.B. (Org.). Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.